



TURISMO RESPONSÁVEL

MANUAL PARA POLÍTICAS LOCAIS



Versão PDF para Internet
INTRODUÇÃO,
APRESENTAÇÃO,
O PROJETO E O WORKSHOP
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
LOCAIS EM TURISMO
RESPONSÁVEL E
O TURISMO RESPONSÁVEL

TURISMO RESPONSÁVEL

MANUAL PARA POLÍTICAS LOCAIS



TURISMO RESPONSÁVEL

MANUAL PARA POLÍTICAS LOCAIS

Realização



Programa de Turismo e Meio Ambiente

Parceria



Banco Interamericano de Desenvolvimento

Apoio Técnico
CET / UnB

Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília

Apoio

MTur – Ministério do Turismo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

CBTS – Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável

Brasília, Outubro de 2004



**TURISMO RESPONSÁVEL
MANUAL PARA POLÍTICAS LOCAIS**

Publicação do WWF-Brasil
Programa de Turismo e Meio Ambiente

FICHA TÉCNICA

Este documento foi elaborado tendo por base trabalho de consultoria do WWF-Brasil, submetido à análise técnica, debate e recomendações em Workshop sobre políticas de turismo com técnicos e especialistas das áreas públicas e privadas, em novembro de 2003 em Brasília.

Organizador

Sérgio Salazar Salvati
Programa de Turismo e Meio Ambiente
WWF-Brasil

Pesquisa Texto Base

André Lima

Pesquisa, Edição e Textos Finais

Carolina Balarin Berto
Fernando Nogata Kanni
Jesus Manuel Delgado Mendez
Renata Guimarães Cintra
Sérgio Salazar Salvati

Revisão e Edição Técnica

Sérgio Salazar Salvati

Coordenação Editorial, Projeto Gráfico e Capa

Paulo Andrade

Workshop de Consulta

Brasília, 27 e 28 de novembro de 2003
Centro de Excelência em Turismo da
Universidade de Brasília – CET/UnB

Coordenação Técnica do Workshop

Fernando Nogata Kanni
Sérgio Salazar Salvati

Apoios

Centro de Excelência do Turismo da
Universidade de Brasília – CET / UnB
Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável - CBTS
Ministério do Turismo - MTur
Ministério do Meio Ambiente - MMA

Tiragem: 1.000 exemplares

Outubro de 2004

O desenvolvimento do Workshop “Políticas Locais em Turismo Sustentável” e desta publicação foi possível graças ao apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio de Convênio de Cooperação Técnica. As opiniões aqui expressas não necessariamente refletem a opinião do BID.

O desenvolvimento deste projeto contou com a parceria técnica da Universidade de Brasília, por meio do Centro de Excelência em Turismo e da Editora UnB, nos termos de Convênio de Cooperação Técnica. As opiniões expressas dos autores não necessariamente refletem a opinião da UnB.

T938t Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas. [Org. Sérgio Salazar Salvati] – Brasília, DF, WWF Brasil, 2004. 220p.

Bibliografia

ISBN: 85-86440

1. Turismo 2. Políticas Públicas, Brasil 3. Planejamento Municipal 4. Turismo Responsável.

CDU 338.482.2:502.3



Apresentação

O fenômeno atual do rápido crescimento do turismo no mundo vem trazendo algumas importantes reflexões para governos, mercados, pesquisadores, ambientalistas e comunidades. Sabe-se que o turismo pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural de amplas regiões e, ao mesmo tempo, em poucos anos, pode degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança histórico-cultural dos povos.

Há, no Brasil, uma grande lacuna por parte dos gestores públicos em entender que os governos, em todos os níveis, possuem papel central no desenvolvimento sustentado do turismo. Algumas iniciativas de estabelecimento de políticas públicas locais e regionais vêm buscando contribuir para um turismo mais responsável, como em Bonito (MS) e Brotas (SP). E existe um consenso entre especialistas de que o desenvolvimento do turismo que almeja ser sustentável em nível local (ou de destinos) necessita fortalecer seus órgãos e criar instrumentos públicos representativos dos interesses dos atores sociais do turismo.

Atento a esta realidade, o WWF-Brasil vem contribuindo para a criação de processos nacionais, regionais e locais de controle da atividade turística, como forma de contribuir para o desenvolvimento responsável da atividade, em consonância com os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental, incentivando instrumentos tais como regulamentação e planos de desenvolvimento municipal e processos de certificação voluntária.

Em julho de 2000, o Projeto Integrado de

Conservação e Desenvolvimento na Chapada dos Veadeiros (Projeto Veadeiros do WWF-Brasil), no Estado de Goiás, elaborou uma proposta de peças legais para o meio ambiente e o turismo, culminando com algumas delas sendo aprovadas pela Câmara Municipal de Alto Paraíso. O Município de Cavalcanti, na mesma região, também se serviu desta experiência. A partir destas iniciativas, surgiu a idéia desta publicação.

A proposta apresentada nesta publicação procura contribuir tecnicamente para que municípios e regiões que possuem interesse e potencial para o desenvolvimento responsável do turismo, possam ter em mãos subsídios práticos para o estabelecimento de um Sistema de Normatização Turística, destinado a subsidiar na gestão da atividade, no ordenamento do espaço e na proteção à paisagem e às culturas locais, procedimentos essenciais para o futuro dos negócios e das viagens.

O objetivo, portanto, é oferecer um ponto de partida para que o poder público municipal, mediante um amplo processo de discussão com as comunidades e demais agentes locais, possa estabelecer ou aprimorar os instrumentos legais que darão sustentação e estímulo à atividade turística ecológica e socialmente responsável.

Para contribuir com um turismo mais responsável e gerador de benefícios amplos para a sociedade, foi desenvolvido um estudo de base sobre políticas municipais em turismo e meio ambiente, seguido por um workshop com gestores públicos, agentes e consultores interessados. Desta forma, a publicação foi debatida e enriquecida e se apresenta da seguinte forma:

Parte 1 – Subsídios políticos e legais ao desenvolvimento do turismo responsável

- ❑ análise da atual política e estrutura administrativa do turismo no Brasil e suas interações com as políticas municipais, além de considerações sobre a competência do município para legislar a atividade;
- ❑ identificação e análise técnica das políticas e leis federais que afetam ou são afetadas pela atividade turística, especificamente em seus aspectos de ordenamento territorial e de proteção dos recursos naturais e culturais;

Parte 2 – Leis, órgãos, instrumentos e estratégias de gestão da política de turismo responsável

- ❑ modelos de leis e decretos de incentivo e controle do desenvolvimento turístico que, devidamente adaptados à realidade de cada município, disponibilizem ao poder público local o ferramental jurídico básico para a organização de um sistema municipal de meio ambiente e turismo;
- ❑ propostas de organização administrativa do turismo em nível municipal e seus principais órgãos e instrumentos de planejamento e gestão;
- ❑ abordagem sobre os procedimentos e estratégias mais adequados para a gestão efetiva e participativa do turismo local, boa parte deles resultante do workshop.

Ao longo de todo o livro, artigos e estudos de casos são apresentados como exemplos de como

os municípios ou os diferentes especialistas consultados propõem soluções para a formulação e aplicação de políticas públicas locais em turismo sustentável.

Nos anexos, oferecem-se algumas referências e diretrizes estabelecidas por instituições nacionais e internacionais destinadas aos segmentos do ecoturismo, turismo aventura, turismo rural e o mergulho recreativo, assim como os princípios e diretrizes do Código de Ética da OMT, da Convenção da Biodiversidade e da Carta de Quebec, entre outras.

Devido à grande diversidade de realidades nos destinos turísticos atuais e potenciais, já que estamos lidando com um país de dimensão continental e que guarda uma diversidade cultural e ecológica incomparável, procuramos apresentar e discutir nesta publicação os princípios e as regras fundamentais para a normatização do turismo sem a pretensão, porém, de esgotar o assunto e as possibilidades de intervenção político-governamental nesta área.

Enfatizamos que as propostas aqui apresentadas podem e devem ser aprimoradas em debates com os atores envolvidos com o turismo, em função das peculiaridades e interesses locais e mesmo do estágio e da intensidade com que a atividade turística e o sistema ambiental já se encontram instalados em cada local.

Ao adotar esta base legal, espera-se que a atividade turística torne-se uma grande aliada da sustentabilidade social, econômica e ambiental, ao gerar satisfação na experiência turística para os visitantes e principalmente bem-estar aos habitantes da região, valorizando o turismo como uma alternativa importante para o desenvolvimento local e com respeito ao meio ambiente.

Denise Hamu
Secretária Geral
WWF-Brasil



Apresentação

As inegáveis potencialidades do turismo no Brasil tornam irreversível o desenvolvimento deste setor. O mercado brasileiro apresenta vantagens comparativas baseadas na diversidade de destinos turísticos e na oferta de preços competitivos. No entanto, mesmo contando com tantos aspectos positivos, o país ainda não ocupa um lugar de destaque na lista dos destinos mais desejados dos viajantes internacionais.

Não há dúvidas de que o setor pode alcançar níveis mais altos. O país detém as condições necessárias para gerar resultados econômicos e sociais de forma sustentável. O turismo, porém, tem um caráter complexo e dinâmico e, por essa razão, é fundamental que as ações sejam definidas e colocadas em prática de forma planejada.

Somente por meio da formulação e implementação de políticas adequadas é que os governos locais poderão reverter os benefícios do turismo em favor das comunidades locais evitando, ao mesmo tempo, danos ambientais.

A opção pelo planejamento exclui soluções fáceis. A implementação de projetos como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (Prodetur) confirma a importância da participação no processo no planejamento das ações de todas as partes

envolvidas. O programa, que contou com o apoio pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mostra que a ação conjunta dos setores público e privado e da sociedade civil no processo de formulação pode potencializar os benefícios das ações, reduzir os riscos ambientais e torna os resultados mais eficazes.

A experiência do Banco Interamericano de Desenvolvimento demonstra que os governos municipais têm um papel fundamental no processo de desenvolvimento do turismo sustentável no Brasil. Além de contribuir com a formulação de políticas para o setor, cabe a eles catalisar os ganhos com o turismo em favor da população e evitar problemas derivados da exploração desenfreada desse mercado.

A necessidade da criação e adoção de estratégias para o setor faz da presente publicação uma ferramenta extremamente oportuna. Em todo o país, os brasileiros definirão os nomes dos prefeitos responsáveis pelos rumos dos governos municipais pelos próximos quatro anos. Para os novos governantes, gestores e demais interessados no tema, este livro será uma ferramenta eficaz e útil nas discussões sobre as formas de fortalecimento e promoção da sustentabilidade do turismo no país.

Waldemar Wirsig
Representante do BID no Brasil
Banco Interamericano de Desenvolvimento

Agradecimentos

Para viabilizar esta publicação, não podemos deixar de agradecer, primeiramente, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na pessoa de Eduardo Figueroa, que acreditou na proposta do WWF-Brasil, vislumbrando esta publicação como um instrumento importante para seus projetos de fomento e financiamento do turismo no Brasil. Sem este decisivo apoio, o projeto e a publicação, não teriam alcançado visões diferenciadas sobre a gestão pública do turismo.

Este documento também não seria possível sem a participação das entidades e dos profissionais que aceitaram o convite do WWF-Brasil em debater assuntos de complexidade e geralmente esquecidos nos planos e programas de desenvolvimento turístico. Estes profissionais e instituições estão listados no Anexo 8 desta publicação, com seus respectivos contatos. Dentre estes participantes, um agradecimento especial vai para aqueles que dedicaram parte de seu tempo para apresentar artigos, comentários ou exemplos de leis e decretos, distribuídos pelos capítulos desta publicação, os quais estão ricamente ilustrando a diversidade de experiências em gestão pública do turismo no Brasil.

Cabe agradecer também à direção do Centro de Excelência em Turismo que aceitou o convite de parceria técnica para a realização do *workshop*, e por oferecer suas dependências, instalações e equipamentos, além de equipe de técnicos que cuidaram adequadamente da logística do *workshop*.

Os consultores André Lima (Advogado Ambientalista) e Fernando Kanni (Mestre em Turismo) tiveram participação decisiva, ao aceitarem o desafio do WWF-Brasil em empreender este projeto e nos ajudaram a formular e enriquecer as idéias centrais desta publicação.

Por fim, reconhecemos que sem a participação e contribuição das equipes de Comunicação e de Assistentes do Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil, e as decisivas participações da Secretaria Geral e das Superintendências Financeira e de Conservação, o projeto e a publicação não teriam se tornado realidade.

Que esta publicação seja útil a todos nós, viajantes neste destino chamado Brasil, e ajude a conservar o rico cardápio de paisagens, biodiversidade, cultura e história que compõe o cenário turístico brasileiro.

Sérgio Salazar Salvati
Organizador da publicação
WWF-Brasil
Programa de Turismo e Meio Ambiente

SUMÁRIO

O PROJETO E O WORKSHOP DE POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS EM TURISMO RESPONSÁVEL	12
O TURISMO RESPONSÁVEL	16

PARTE 1 – SUBSÍDIOS POLÍTICOS E LEGAIS AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RESPONSÁVEL

Capítulo I

AS POLÍTICAS DE TURISMO E AS RESPONSABILIDADES DO SETOR PÚBLICO	21
1.1 Políticas de turismo sustentável.....	21
1.2 Política nacional de turismo e suas interfaces	26
ESTRUTURA PÚBLICA FEDERAL DO TURISMO	27
1.3 Políticas estaduais / regionais de turismo	29
1.4 Políticas municipais de turismo	30
COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DE POLÍTICAS EM TURISMO E MEIO AMBIENTE	32
1.5 O direito e o turismo	34
O DIREITO ADMINISTRATIVO DO TURISMO	39
O DIREITO ECONÔMICO DO TURISMO	40

Capítulo II

O TURISMO E AS LEIS FEDERAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA CULTURA	41
2.1 Legislação sobre política urbana e ordenamento territorial	42
ESTATUTO DAS CIDADES	42
ÁREAS ESPECIAIS E LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO	45
USO DE TERRAS E ÁGUAS DA MARINHA	45
2.2 A legislação ambiental aplicada ao turismo	49
POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE	49
CRIMES E INFRAÇÕES CONTRA O MEIO AMBIENTE	51
SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	52
CÓDIGO FLORESTAL	57
OUTRAS ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	58
SISTEMA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	59
POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60
2.3. A legislação sobre a proteção ao patrimônio histórico-cultural	62
PROTEÇÃO AOS BENS CULTURAIS MATERIAIS	62
PROTEÇÃO AOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS	63
PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO	68

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

